

# Escolas estaduais vão parar dia 16 de setembro

No dia 16/09 (quinta-feira), redes estadual e municipal do Rio vão parar e lançarão campanha em defesa da educação pública de qualidade. É urgente recuperar a qualidade da educação pública!

Os professores e funcionários das escolas estaduais vão paralisar as atividades no dia 16 de setembro (quinta-feira) em protesto contra o sucateamento da rede, as más condições de trabalho e o arrocho salarial impostos pelo governador Sergio Cabral. Nesse dia, em conjunto com o Muspe e com a rede municipal do Rio, que também realiza uma paralisação de 24 horas contra a reforma da Previdência do prefeito Paes, faremos a Marcha em Defesa da Educação e dos Serviços Públicos, com concentração na Candelária a partir das 11h. No final da marcha, será realizado um ato na Cinelândia, onde será

lançado um manifesto.

Não é mais possível esperar ou ficar parado! Os índices do Ideb ou do Enem apenas revelaram aquilo que os profissionais da educação estaduais já sabiam: os sucessivos governos que passaram pelo nosso estado nas duas últimas décadas destruíram as condições para o exercício de uma educação pública de qualidade. Por tudo isso, o Sepe convoca todos os profissionais da educação e demais entidades que lutam em defesa dos serviços públicos de qualidade a participar da marcha dia 16 – leia nas páginas seguintes: Cabral realiza um dos piores governos para a educação.



## CALENDÁRIO

**16 DE SETEMBRO (QUINTA-FEIRA): PARALISAÇÃO DE 24 HORAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO ÀS 11H, MARCHA EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, DA CANDELÁRIA À CINELÂNDIA, ONDE SERÁ REALIZADO UM ATO E LANÇADO O MANIFESTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.**

**18/09 (SÁBADO):**

**ASSEMBLÉIA GERAL DA REDE ESTADUAL, NO SINDJUSTIÇA (TRAV. DO PASSO, 23º/13º ANDAR), ÀS 14H.**

QUEM É O RESPONSÁVEL PELA CRISE NA EDUCAÇÃO?

# É urgente recuperar o projeto de uma educação pública de qualidade

Em assembléia realizada no dia 14 de agosto, os profissionais da educação da rede estadual decidiram manter a posição de não lançar as notas no sistema on line da secretaria estadual de educação. A categoria entende que este programa é apenas um aumento da burocracia escondida atrás de um aparente avanço tecnológico. Aliás, essa é a principal característica da política educacional do governo Cabral: velhas medidas em novos rótulos – controle, burocracia, aumento do trabalho e nada que resulte em efetiva melhoria nas condições de trabalho.

E o tal sistema “moderno” não para de apresentar problemas: o governo foi obrigado a adiar mais uma vez o prazo para o lançamento das notas e, mesmo assim, vários relatos feitos ao sindicato dão conta de que muitos não conseguiram lançá-las ou ficaram até a madrugada em frente ao computador. Uma lástima: esse não é o papel de educadores que deveriam se concentrar no planejamento e na avaliação pedagógica dos nossos alunos.

No dia 19 de agosto, o departamento jurídico do Sepe entrou com uma ação na justiça visando impedir que o Estado impo-

na mais esta tarefa aos professores, (que não têm, entre as atribuições definidas pela LDB, a divulgação das notas aos familiares e ao público em geral). A ação do Sepe visa ainda responsabilizar o estado por não dotar as secretarias de escola da estrutura necessária para o cumprimento desta função. O pedido de liminar ainda não foi julgado.

Entretanto, para além da ação judicial, é preciso mobilizar a categoria para a resistência a este projeto como um todo. Em várias escolas, o governo já utilizou os dados lançados no Conexão Educação (referentes à frequência dos alunos) para “juntar” turmas e interferir no cotidiano das escolas. Desta forma, professores são devolvidos e projetos pedagógicos são interrompidos no meio do ano, sem qualquer diálogo que considere as razões para a baixa frequência dos alunos ou ainda questione se a extinção de turmas é realmente o melhor caminho pedagógico. Assim, fica clara a forma como este governo encara a educação: as questões administrativas e burocráticas são mais importantes do que as considerações pedagógicas. O que importa é economizar dinheiro e aumentar o trabalho de profes-

sores e funcionários.

## Porque somos contra o Conexão Educação

**1)** O registro pela internet das notas dos alunos é uma função burocrática, que deveria ser encargo das secretarias das escolas da rede estadual; sendo portanto, uma função alheia à esfera educacional dos professores;

**2)** Em vários momentos a Resolução 4.455 menciona que o Conexão Educação tem como objetivo a melhora da “gestão” da unidade escolar e da rede estadual. Mas ela peca na análise da realidade das escolas e das funções de cada trabalhador, já que o trabalho de gestão educacional é originariamente desempenhado por quem possui atribuição e treinamento para isto: ou seja, as secretarias das escolas;

**3)** Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.396/96), em momento algum atribui ao professor a função de divulgar, ele próprio, as notas, senão a de zelar pela aprendizagem dos alunos;

**4)** Deste modo, a determinação unilateral da SEEDUC de que a função de inserir as notas no Conexão Educação ca-

berá aos professores – já sobrecarregados com o desempenho de suas demais tarefas, que não são poucas – não encontra qualquer amparo legal;

**5)** O tempo de planejamento da carga horária dos professores já é insuficiente para o planejamento das atividades, correção dos trabalhos, provas, dentre as tantas outras tarefas abarcadas pelo processo de aprendizagem. Dedicar parte de tal tempo para lançar notas no sistema (que, com frequência, apresenta sérias falhas) seria reduzir o tempo de efetivo planejamento e avaliação necessários a todo professor;

**6)** Utilizar, por outro lado, o tempo da aula para tanto prejudicaria os próprios alunos, que já sofrem com a redução da grade curricular e carência de professores e funcionários, além das condições precárias da maioria das escolas;

**7)** Como se não bastasse o acima exposto, utilizar o tempo livre para tal tarefa importaria em trabalho extra não remunerado, o que significaria uma verdadeira exploração da mão de obra de uma categoria que há anos vem reivindicando melhores condições de trabalho e de remuneração.

Funcionários das escolas estaduais protestam nas escadarias da Alerj (título)

Em luta pela implementação do seu plano de carreira, os funcionários administrativos das escolas estaduais um protesto na Alerj no dia 11/08. Desde o final da década de 80, os funcionários das escolas estaduais lutam pela implementação da lei aprovada pela Alerj, mas até hoje não colocada em vigor, que garante um plano de cargos e salários para todos os funcionários administrativos das escolas (serventes, merendeiras, secretários, bibliotecários, pessoal de portaria e inspetores de alunos).

Por causa da não implementação da lei que criou o plano em 1989, hoje não existe progressão por tempo de serviço, nem diferenciação entre os níveis elementar, médio e superior, fazendo que os salários sejam comprimidos e quase não exista diferença entre os vencimentos das diversas categorias de funcionários administrativos que trabalham nas 1.640 escolas da rede do estado.

No dia 19 de agosto, o departamento jurídico do Sepe entrou com uma ação na justiça contra o Estado no sentido de obrigar o governo a realizar concurso público para funcionários administrativos das escolas, visto que a terceirização ultrapassou os limites legais e os cargos públicos existentes não foram repostos. Além disso, o SEPE entrou com ação exigindo o cumprimento o plano de carreira dos funcionários administrativos com descongelamento dos níveis e respeito ao interstício de 9%.

Situação da Educação piorou no governo Cabral (título)

Os profissionais de educação estaduais, com a sua luta diária, resistem ao sucateamento implementado pelos sucessivos governantes (sutiã)

A situação da rede estadual é muito grave, todos sabemos. Mas precisamos reforçar esse conhecimento, principalmente quando ocorrerão eleições para o cargo de governador em outubro. Dessa forma, conheçam os dados: os profissionais de educação têm mais de 60% de perdas salariais; mais de 20 professores abandonam as salas de aula por dia; a grade curricular foi rebaixada para disfarçar a falta de professores; o governo aplica o mínimo de recursos em educação; existe uma enorme carência de funcionários administrativos; um superfaturamento de equipamentos; o desmonte do primeiro segmento; existem direções de escolas indicadas por políticos ligados ao governo.

Este verdadeiro "rosário" de mazelas vividas pelos profissionais da educação da rede estadual parece não ter fim. Apesar disso, professores e funcionários mantêm as escolas funcionando e realizam o seu trabalho com o que resta de dignidade a uma categoria desmoralizada e desmotivada.

Cabral "conseguiu" piorar a situação da educação (entretítulo)

Especificamente nos últimos quatro anos, assistimos a um governo sem projeto educacional algum. Distribuição de laptops e promessas de climatização vieram acompanhados de ataques ao plano de carreira e ausência de reajuste salarial. O governo Cabral investe cada vez menos em educação e economiza com os salários dos servidores para financiar o grande capital. Depois ainda faz campanha dizendo que vai recuperar a educação estadual. Então, por que não aumenta os recursos e valoriza os profissionais da educação imediatamente?

É preciso dar uma resposta à sociedade em relação a toda essa publicidade negativa gerada pelos resultados do Ideb e do Enem. A responsabilidade por estes resultados não pode ser jogada nas costas dos profissionais da educação. É fundamental demonstrar que não bastam boa vontade e esforço individual: sem recursos, valorização profissional e condições de trabalho, não haverá qualidade efetiva na educação estadual.

No dia 16 de setembro, às 11h, a rede estadual paralisa a atividade por 24 horas e realiza uma Caminhada da Candelária à Cinelândia, onde ocorrerá o lançamento do manifesto em defesa da educação e serviços públicos. No sábado (dia 18), será realizada a assembléia da rede estadual, no Sindjustiça (Trav. do Passo, 23º andar), às 14h. A rede municipal do Rio também vai parar no dia 16 em protesto contra a reforma da previdência do prefeito Paes, e participará da marcha.

Box:

Rede estadual encolheu no governo Cabral (título)

Um estudo do professor Nicholas Davies, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), é mais uma comprovação do fracasso da política educacional do governador Sérgio Cabral. Os dados levantados pelo especialista neste novo estudo focam o período de 2006 a 2009 – três primeiros anos da gestão Sérgio Cabral - registram uma grande redução das matrículas estaduais no Rio de Janeiro (-13,5%). Esta redução tem como consequência o pequeno tamanho proporcional da rede estadual quando comparada com o restante do país. Considerando apenas o ensino médio, a rede estadual pública do rio é a segunda menor em termos proporcionais, ganhando apenas do Distrito Federal. Coincidência ou não, o mesmo período aponta acréscimo de matrículas na rede privada (+2,4%) e também da fatia total da participação deste setor no Estado (para 21,9%). Veja o resultado do estudo pela tabela abaixo.

Evolução das matrículas na educação básica no Rio de Janeiro entre 2006 e 2009

| Ano/evolução | RJ - total       | Estaduais         | % do total | Municipais | % do total      | Privadas | % do total       |
|--------------|------------------|-------------------|------------|------------|-----------------|----------|------------------|
| 2006         | 4.225.696        | 1.490.137         | 35%        | 1.844.826  | 43,6%           | 856.835  | 20,2%            |
| 2009         | 4.001.420        | 1.288.756         | 32,2%      | 1.798.852  | 44,9%           | 877.568  | 21,9%            |
| Evolução     | -224.276 (-5,3%) | -201.381 (-13,5%) |            |            | -45.974 (-2,4%) |          | + 20.733 (+2,4%) |

Fontes: Censos Escolares do INEP e cálculos elaborados pelo autor.

Importante ressaltar que o equivocado processo de municipalização não é o responsável por esta queda das matrículas estaduais (já que a participação dos municípios também cai). O que os dados revelam é a busca pela escola privada como forma de suprir as carências decorrentes das políticas educacionais do governo estadual. Mudar esta realidade é tarefa nossa e, para isso, o Sepe convoca para a campanha em defesa da educação pública no Estado que será lançada no dia 16 de setembro.



# Sepe recorre à Justiça para ver direitos respeitados

## SEE responde ao ato do protocolo, mas não atende às nossas reivindicações

O superintendente de Gestão de educação, Marcos Medina encaminhou por escrito documento para as coordenadorias respondendo aos processos abertos no ato do protocolo realizado pela categoria no dia 10 de junho. Neste documento aparecem “respostas” para algumas questões. Veja o que o subsecretário respondeu e o que a direção do sindicato encaminhou:

– Plano de Carreira dos Funcionários: afirma que a Seeduc está formulando um projeto de lei para um novo plano de carreira, mas não responde porque não aplica aquele que está em vigor.

O departamento jurídico do Sepe entrará com ação judicial para cobrar o cumprimento do plano em vigor.

– Enquadramento por formação: repete a informação de todos os processos entre 2004 e 2008 foram concluídos faltando apenas a ordem para pagamento. O Sepe ingressou em conjunto com a Comissão de Educação da Alerj com representação no Ministério Público da Educação cobrando que o Estado cumpra o direito do servidor.

– Reajuste anual e incorporação imediata do Nova Escola: o subsecretário afirma que não cabe

à Seeduc atender a essa reivindicação, mas às secretarias de Planejamento e Fazenda.

– Investidura dos Animadores Culturais: esclarece que logo após a publicação da nomeação, será providenciada a confecção do ato de investidura que será encaminhado para cada Coordenadoria para assinatura e ato de posse.

– Retirada dor R\$ 56,00 dos funcionários administrativos. Alega que tal valor foi incorporado em conjunto com a gratificação do Nova Escola em outubro de 2009. O Departamento Jurídico do Sepe estuda ação para cobrar o retorno deste valor ao contracheque do

servidor.

– 30 horas para funcionários administrativos: informa que o processo está na Procuradoria Geral do Estado para parecer e encaminhamento.

– Vale transporte: informa que há um estudo para viabilizar essa concessão, mas não esclarece critérios ou prazos.

Enfim, todas estas questões estão na nossa pauta de reivindicações imediatas e somente a mobilização da categoria pode arrancar do governo respostas concretas. A assembléia do dia 14 deve decidir os rumos da luta para conquistarmos todos estes pontos.

## CONEXÃO EDUCAÇÃO: SEPE MANTÉM ORIENTAÇÃO DE NÃO LANÇAR AS NOTAS

No dia 21 de julho, a direção do Sepe esteve reunida com o subsecretário estadual de Educação, Sérgio Mendes, para discutir os problemas gerados pelo chamado Conexão Educação, sistema de lançamento das notas on line que tem indignado profundamente a categoria, por ser trabalho dobrado, não remunerado e transferência das atividades da secretaria da escola para os docentes.

Nesta reunião protocolamos um ofício elaborado pelo departamento jurídico onde, baseados na LDB e em diversas portarias do próprio estado, atestamos não ser função do professor a divul-

gação das notas escolares. Tal ofício serviu de base para uma ação judicial do Sepe, que visa suspender a resolução que instaurou o Conexão Educação.

Obviamente, cobramos ainda a realização de concurso público para as secretarias das escolas, única forma de tornar efetiva a necessidade da democratização do acesso às informações educacionais na rede estadual.

Na audiência, o representante do governo informou que levaria o documento e as preocupações até à secretária, Teresa Porto que, no momento, estava de férias.

## NOTA DO SEPE SOBRE A MORTE DE UM ALUNO EM CIEP EM COSTA BARROS

Com respeito à morte do aluno Wesley Rodrigues de Oliveira, de 11 anos, ferido por uma bala perdida dentro de sala de aula no Ciep Rubens Gomes (Costa Barros), o Sepe lamenta o ocorrido, que é mais uma prova do aumento da violência que ameaça profissionais e alunos nas escolas públicas do Rio de Janeiro.

Há alguns anos, o sindicato tem denunciado nos mais variados fóruns (Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretarias estadual e municipal de Educação, Câmara de Vereadores e OAB/RJ) o perigo que ronda o ambiente escolar, não só na área interna das unidades municipais e estaduais mas, também, o entor-

no das escolas – muitas delas localizadas dentro ou próximas de áreas consideradas de risco. O sindicato também reivindicou das secretarias de Educação normas claras para o funcionamento das unidades no caso de ocorrência de conflitos, já que, muitas vezes, as direções de escolas não têm autorização para fechar as portas ao primeiro sinal de confrontos entre policiais e bandidos.

Um dos problemas mais visíveis nas escolas públicas é a falta de porteiros e inspetores de alunos. A carência desses profissionais piora a violência nas unidades, já que é impossível para um corpo pequeno de profissionais zelar pela segurança, em muitos casos, de centenas de alunos.

